

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
HISTÓRIA – LICENCIATURA
CAMPUS A.C. SIMÕES

THAMYRES JULLY ANA RAMOS MARTIRIO

E SAPATÃO NÃO É POLÍTICA?

Maceió

2023

THAMYRES JULLY ANA RAMOS MARTIRIO

E SAPATÃO NÃO É POLÍTICA?

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para obtenção
de título de Licenciada em História sob
orientação do professor Elias Ferreira
Veras.

Maceió

2023

***E sapatão não é política?*^[1]**

Thamyres Jully Ana Ramos Martírio

UFAL

Para Larissa, com amor.

Introdução

Ainda é possível ver casos de violência por lesbifobia^[2] no Brasil. Não basta as mulheres sofrerem pela relação de dominação que o patriarca-

[1] Esse texto é fruto das experiências como bolsista de iniciação científica do projeto “Existências e resistências homossexuais no Brasil da Abertura: uma perspectiva de gênero (1978-1988)”. Além disso, ele está atravessado pelo aprendizado de ensino, pesquisa e extensão no Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GE-PHGS), do curso de História (UFAL). Agradeço ao professor Elias Veras, coordenador do Projeto/Grupo, pela orientação do presente texto e aos/às demais colegas do grupo, pelo diálogo, apoio e companheirismo. Quero agradecer ainda à minha mulher Larissa Oliveira, por me ajudar ativamente na correção deste trabalho e por todo o afeto compartilhado. Por fim, agradeço ao professor Benito Schmidt e à doutoranda Camila Diane pela leitura e sugestões críticas a esse texto.

[2] Entendendo que o radical da palavra é “lesb(i)”, desse modo, não faz sentido utilizar “lesbo” para designar o preconceito contra as mulheres que amam outras mulheres. Utilizo-me de lesbifobia para ressignificar o termo.

do, a misoginia e o machismo impõem. As mulheres lésbicas sofrem ainda mais nesse sistema de sexo binário e cishetero-normativo, que coloca a diversidade sexual e de gênero no lugar do estigma e da abjeção. Essa violência traz consequências desastrosas para as mulheres lésbicas e, principalmente, para as mulheres lésbicas de grupos subalternizados (negras, indígenas, travestis, transexuais, PCD etc.).

O interesse por esta pesquisa surge de uma necessidade pessoal, sendo eu mulher cis, lésbica, branca, nordestina, militante feminista e estudante do curso de História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), o qual não deixa de estar estruturado em uma sociedade majoritariamente conservadora, racista, machista, misógina e cisheteronormativa (NASCIMENTO, 2021). Tenho, como ação de resistência, sobreviver e questionar essa norma cishéteroexcludente.

Quando ainda cursava o terceiro semestre do curso, tive desavenças desastrosas com colegas de sala a respeito do meu gênero e orientação sexual. Por ser mulher, os homens se incomodavam quando eu me colocava nas discussões em sala. Senti de forma direta o machismo quando minha capacidade intelectual foi questionada, sendo resumida a meu corpo e ao meu gênero. Fiz a denúncia à Coordenação do curso e obtive como resposta que poderíamos combater situações como aquela por meio de um grupo de estudos. Naquele momento, não entendi como esse tipo de espaço poderia ser combativo, já que esperava que algo fosse feito de imediato, pela violência que vinha sofrendo.

Alguns meses e cobranças depois, eis que chega um professor que viria trazer sentido para que eu continuasse na universidade, tornando-se, posteriormente, meu orientador. Elias Ferreira Veras junto com a professora Ana Cláudia Aymoré deram, finalmente, os passos iniciais do que viria a ser o primeiro grupo de discussão voltado para o gênero e a sexualidade no curso de História (UFAL), denominado Grupo de Estudos e Pesquisas

em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS), criado em março de 2018. Foi através das discussões do grupo que pude me compreender como mulher e lésbica, e é ainda por meio dele que me fortaleço não só intelectual, mas também existencialmente (temos uma rede de apoio em que as vivências LGBTQIA+ não são ignoradas).

Desde 2018, participo de uma série de atividades organizadas pelo GEPHGS, entre elas, a ação de extensão “Diálogos Interdisciplinares sobre Gênero, Raça e Sexualidade”. Na segunda edição (2019), colaborei na organização do evento. Na terceira (2021) e na quarta (2022) edição, cujos temas foram, respectivamente, “A liberdade é uma luta constante” e “Onde há poder, há resistência”, apresentei nas sessões de comunicação de pesquisa os trabalhos “Resistências lésbicas no período da ditadura-civil-militar e redemocratização no Brasil” e “E sapatão também não é política?”. Por sua vez, durante o 11º Encontro Nacional de História: História e Gênero (2019), também organizado pelo grupo, apresentei o trabalho “Políticas de visibilidades lésbicas no *Chanacomchana*”, no ST “Narrativas dissidentes: historiografia, gênero, interdisciplinaridade e interseccionalidade”.

Esses trabalhos foram desenvolvidos no contexto do projeto “Existências e resistências homossexuais no Brasil da Abertura...”, como bolsista de iniciação científica (CNPq). Tenho como memória afetiva desse período (2018 a 2019) as idas à Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos de Maceió, quando experimentei o fervor saboroso do arquivo, marcado pela curiosidade em encontrar matérias que registrassem a presença de mulheres lésbicas, e o desprazer de constatar o quanto as homossexualidades — que hoje chamamos de LGBTQIA+ — aparecem na imprensa de Alagoas como vivências estigmatizadas. No âmbito do projeto, participei ainda da entrevista realizada com Luiz Mott, antropólogo, historiador, pesquisador e ativista gay, personagem protagonista do movimento de lésbicas, gays, bis-

sexuais e transsexuais no Brasil. Foi importante conhecer sua trajetória, sua passagem por Maceió, que deixou brechas para mergulharmos em águas ainda não navegadas.

Este capítulo está atravessado por essas experiências. Foi construído graças aos encontros do GEPHGS, às pesquisas incessantes na Biblioteca, e, sobretudo, à brilhante orientação de Elias Veras, que vem se tornando cada vez mais um amigo. A questão histórica analisada neste trabalho visibiliza as resistências das mulheres lésbicas no período da abertura política brasileira, a partir das organizações lésbicas divulgadas na imprensa alternativa, precisamente, no jornal *Chacomchana*. Destaco a importância desses espaços enquanto feminista.

Parafraseando a frase de Sojourner Truth, “E eu não sou uma mulher?”,[3] o título deste capítulo, “E sapatão não é política?”, aponta para uma questão crucial, sendo eu uma mulher lésbica, nordestina, feminista e pesquisadora: a existência lésbica como ação política, que reivindica direitos negados e silenciados. É desse lugar que afirmo que somos mulheres, e não vamos mais permitir sermos invisibilizadas. Sapatão é, sim, política!

[3] Discurso proferido por Sojourner Truth, mulher e negra que teve coragem de fazer uma intervenção na Convenção dos Direitos da Mulher, realizado em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851. Os direitos da mulher estavam sendo discutidos numa reunião em que homens faziam algazarra e diziam que mulheres não deveriam ter o mesmo direito que os homens, defendendo que o sexo feminino era frágil e débil. Sojourner Truth nasceu em 1797, em Swartekill, Nova York, e faleceu em 1883, em Battle Creek, Michigan. (DAVIS, 2016)

Gênero, raça e sexualidade: desafios na historiografia

Por muito tempo, as mulheres não apareceram na História. Segundo a historiadora Michelle Perrot (2017), os direitos das mulheres precisaram ser conquistados, para que elas fossem visibilizadas. Se a história “universal” feita do ponto de vista dos homens, foi marcada pelo não dito (FOUCAULT, 2016), sobre as mulheres, percebemos por meio da filósofa Angela Davis (1981) o quanto as mulheres negras foram duplamente silenciadas, apesar de terem construído uma luta importante e significativa antes do movimento feminista. As historiadoras Joana Maria Pedro e Raquel Soihet (2017, p. 284) salientam: “Nas ciências humanas, a disciplina História é certamente a que mais tardiamente apropriou-se dessa categoria, assim como da própria inclusão de ‘mulher’ ou de ‘mulheres’ como categoria analítica na pesquisa histórica”. Felizmente, essa apropriação foi feita, apesar das resistências, pois a história das mulheres e das relações de gênero, assim como a categoria gênero, são absolutamente necessárias para efetuarmos a presente análise.

A categoria gênero (SCOTT, 1995) foi/é importante para que as experiências das mulheres assumissem visibilidade na História. Por meio dessa categoria, entendida como instrumento de análise crítica das normas que designam masculino e feminino, Joan Scott amplia o nosso olhar, exigindo de nós que sejam evidenciadas as experiências marginalizadas e subalternizadas, para que estas sejam transformadas. Essa categoria, contudo, não pode nos limitar, mas problematizar as performatividades atribuídas a mulheres e homens em diferentes contextos históricos.

Em “Problemas de Gênero”, Judith Butler (2016) problematiza o gênero a partir das relações de poder. A autora dialoga com outras pensadoras, como Simone de Beauvoir e Monique Wittig, para explicar a ordem compulsória do gênero, que introduz o sujeito no campo da linguagem e da corporalidade. Butler

compreende o sexo como uma construção cultural, assim como o gênero, enquanto em Beauvoir, observa, aparece como uma questão da identidade feminina e da opressão do masculino, o que nos possibilita analisar o discurso que tenta totalizar e definir uma identidade baseada nas afirmações de gênero. Ambas, por sua vez, nos ensinam que é impossível que se sustentem padrões estritamente pré-estabelecidos, já que as pessoas formam suas identidades em um processo de construção e reconhecimento pessoal/coletivo. Nesse sentido, Wittig (2006) se atenta aos objetivos da heterossexualidade compulsória, propondo, de forma crítica, um terceiro gênero, além do masculino e do feminino: as lésbicas, que não seriam mulheres. Desse modo, a ativista produz um discurso estratégico para romper com a heteronormatividade.

De acordo com Wittig, a heterossexualidade é um condicionamento político, fortalecido por meio das normas binárias do gênero. Desse modo, a ativista defende a desconstrução dos sexos na sociedade. A autora critica as tendências feministas e lesbifeministas que acabam também indo ao encontro do “natural” feminino. E, nesse sentido, faz a seguinte crítica a Simone de Beauvoir:

Nos levantamos para luchar por una sociedad sin sexos; ahora nos encontramos presas en la trompa familiar, de que “ser mujer es maravilloso”. Simone de Beauvoir subrayó precisamente la falsa conciencia que consiste en seleccionar entre las características del mito, (que las mujeres son diferentes de los hombres) aquellas que parecen agradables, y utilizarlas para definir a las mujeres. Utilizar eso de que “es maravilloso ser mujer”, supone asumir, para definir a las mujeres, los mejores rasgos (¿mejores respetos a quién?) que la opresión nos ha asignado, y supone no cuestionar radicalmente las categorías “hombre” y “mujer”, que son categorías políticas.

(y no datos naturales). Esto nos emplaza a luchas dentro de la clase “mujeres”, no como hacen las otras clases, por la desaparición de nuestra clase, sino por la desaparición de nuestra clase, sino por la defensa de la “mujer” y su fortalecimiento (WITTIG. 2006, p. 36).

Esses discursos destacados pela autora funcionam como dispositivos de controle, sendo o discurso pornográfico, por exemplo, uma estratégia para manter a opressão e exercer o poder como tática de advertência. O pensamento heterossexual acaba sendo estruturado também nas ciências humanas, que, segundo a ativista, naturaliza na cultura a relação social da heterossexualidade compulsória admitida socialmente, por meio de uma série de relações de poder.

De acordo com Wittig, esse sistema entra em colapso com as lésbicas, já que, embora elas nasçam condicionadas a serem mulheres, também fogem da heteronorma, pois não são aceitas na categoria de gênero masculina e também não se comportam como mulheres, conforme o pensamento heterossexual. Nas palavras da autora,

Francamente es un problema que no tienen las lesbianas, por un cambio de perspectiva, y sería impropio decir que las lesbianas viven, se asocian, hacen el amor com mujeres porque “la mujer” no tiene sentido más que los sistemas heterossexuales de pensamiento y los sistemas económico heterossexuales. Las lesbianas no son mujeres (WITTIG, 2006, p. 57).

E é justamente amparada na crítica ao pensamento heterossexual que procuro analisar o contexto histórico do período de criação e circulação do jornal *Chanacomchana*. Compreendido como um período de redemocratização, ele se estruturava a partir de um ideário nacional cisheteronormativo. Mesmo no

período de abertura política, pessoas LGBTQIA+ ainda eram reprimidos/as pelos dispositivos de controle da moral e dos bons costumes da ditadura civil-militar.

Esse período, assim como o jornal, são analisados a partir da perspectiva interseccional. Esse termo foi criado pela intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw e busca articular as relações de poder de gênero, raça e classe, sendo um instrumento teórico-metodológico e político de transformação social (AKOTIRENE, 2018, p. 13). De acordo com Carla Akotirene,

Segundo Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Igualmente, o movimento negro falha pelo caráter machista, oferece ferramentas metodológicas reservadas às experiências apenas do homem negro (AKOTIRENE, 2018, p. 14).

De acordo com Akotirene, o feminismo negro dialoga entre as avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo. Esse campo discursivo precisa ser apreendido por lésbicas, gays, bissexuais transsexuais, queer e intersexos (LGBTQI), pessoas deficientes, indígenas, religiosos do Candomblé e trabalhadoras (AKOTIRENE, 2018, p. 14).

Não é possível tratar esse termo como guarda-chuva, sendo necessário um constante autoquestionamento, partindo do ponto de vista desses grupos, e na implicação de ter essa crítica discursiva preservada como teoria crítica intelectual e política. A interseccionalidade não pode tornar-se uma categoria de silenciamento acadêmico, levando em consideração que esse conceito vem das intelectuais negras, esvaziando o real objetivo da função política dessa perspectiva.

Antes do termo ser configurado como conceito analítico, Lélia Gonzalez (2020) fazia a abordagem da situação das mulheres negras no Brasil de modo interseccional. Lélia participou da fundação do Movimento Negro Unificado e foi pioneira também em tratar do feminismo afro-latino-americano. Em diálogo com ela, analiso o racismo estrutural, o sexismo e o silenciamento da mulher negra. Sua trajetória e suas obras são pontos de partida para relacionarmos as vivências e lutas das mulheres negras, evidenciando seu pioneirismo histórico para o movimento lésbico brasileiro. Segundo Nádía Nogueira,

As barreiras impostas às lésbicas negras parecem ter assegurado que elas não deveriam se curvar e mudar suas vidas, pois é a sociedade que precisaria mudar. Um exemplo é quando são tachadas de agressivas, violentas, hostis, combativas, de difícil trato, assim como as mulheres negras que não sabem se comportar, porque não são submissas o bastante, ou são sedutoras demais e, por isso, são acusadas de provocarem estupro, assédio, feminicídio, lesbocídio, violência doméstica, assassinato e tantas outras formas de violência presentes no cotidiano da sociedade brasileira (NOGUEIRA, 2021, p. 8).

A partir desses movimentos sociais, políticos e epistemológicos, muitas experiências foram evidenciadas. As feministas na luta pelo sufrágio feminino, os movimentos de mulheres negras, o movimento antiescravagista, o movimento de trabalhadoras e o transfeminismo são alguns exemplos.. Do mesmo modo, no Brasil, as mulheres se movimentaram contra o golpe e participaram de muitas lutas e resistências, antes, durante e após a ditadura civil-militar e a redemocratização.

GALF: um grupo de mulheres lésbicas feministas na abertura

Marisa Fernandes^[4] (2018) aponta como foi o início do movimento lesbifeminista no Brasil. De acordo com ela, as lésbicas iniciaram sua organização quando começaram a participar, a partir de fevereiro de 1979, do SOMOS — Grupo de Afirmação Homossexual, organizado em São Paulo no final da década de 1970. Quando elas chegaram no grupo, oito meses após a sua fundação, este estava composto só por homens gays. No mesmo ano de fundação do SOMOS, era lançado o jornal homossexual *Lampião da Esquina*. De acordo com Jorge Caê Rodrigues (2015), o periódico surge para trazer esperanças para os homossexuais e a possibilidade de não serem marginalizados.^[5]

No início de 1979 o SOMOS foi convidado pelo sindicato de jornalistas para participar de uma semana de debates sobre a emancipação de grupos discriminados, na USP, o que marcou sua primeira aparição em público. Foi a partir desses debates que novos grupos se formaram, trazendo para o SOMOS algumas lésbicas.

Ainda de acordo com Marisa Fernandes (2018), foi apenas no final do mesmo ano que, pela primeira vez, o *Lampião da Esquina* se interessou em organizar uma matéria sobre lésbicas. Para essa empreitada, o jornal convidou 25 mulheres. De acordo com Paula Blume (2021), o Conselho de Editores do *Lampião* afirmava que “quem devia expressar-se sobre a opressão contra as mulheres lésbicas deviam ser elas mesmas”, e, nesse sentido, utilizava métodos “didáticos” e “paternais” para provocá-las.

[4] Mestre em História Social, lésbica e ativista LGBTQIA+. Uma das pioneiras do movimento lésbico feminista no Brasil.

[5] Para melhor análise: LIMA, 2021.

Ao encerrarem a matéria,^[6] Fernandes relembra que elas se deram conta da necessidade de serem ouvidas. Desse modo, continuaram unidas no subgrupo Lésbico-Feminista (LF) do SOMOS, percebendo, em poucos meses, o desafio que seria atuar com autonomia:

Foi com esta tomada de decisão que, na reunião geral do SOMOS do dia 07 de julho de 1979, elas se colocaram à frente de todas as pessoas e afirmaram que, a partir daquele momento, passariam a atuar dentro do SOMOS como subgrupo, com posicionamento político de independência frente à centralização do poder masculino e como atuação feminista. [...] Vale registrar que não eram todas as lésbicas do SOMOS que estavam no LF, mas foram as do LF que decidiram encaminhar a discussão sobre machismo e feminismo no SOMOS; ter um grupo de acolhimento e afirmação da identidade só para lésbicas; apresentar um temário específico para ser debatido por todos; responder toda a correspondência enviada por mulheres para o SOMOS e buscar alianças com o movimento feminista (FERNANDES, 2018, p. 93).

Nesse período, muitas delas não eram assumidas. As questões lésbicas tiveram visibilidade menor em todos os níveis, antes e depois do SOMOS. Elas tiveram que aprender na vivência a se organizar, a ter confiança pois “não seria possível retirar ou ajudar a sair do armário e combater as opressões todas ao mesmo tempo” (BLUME, 2021, p. 107), sendo essa dimensão ainda pertinente nos dias atuais. Muitas lésbicas ainda são consideradas divisionistas, individualistas e isoladas nos movimentos de militância.

[6] “Amor entre Mulheres (elas dizem onde, quando, como e porquê)”. *Lam-pião da Esquina*, maio de 1979.

Na medida em que elas se organizavam, sem experiência prévia, foram percebendo as dificuldades, seja na adesão de outras lésbicas, seja na aproximação de/com outros grupos feministas, o que não impediu a sua “potencialidade revolucionária”. Ainda nas palavras de Fernandes:

As integrantes do LF eram plurais, de etnias, credos, escolaridade e classes sociais diferentes, desde empregada doméstica até programadora de software, todas as mulheres que não vinham da academia, mas dos “armários” e do “gueto”. O ponto comum entre elas era a lesbianidade. O LF possibilitava o encontro de mulheres fora dos ambientes de badalação dos guetos e era um lugar seguro para as garotas do “armário”, que ficavam sabendo do LF pela mídia. (FERNANDES, 2018, p. 94)

Esses subgrupos do SOMOS, apesar das convergências, acabaram entrando em divergências devido às suas próprias necessidades. Como aponta Edward MacRae (1990), algumas mulheres lésbicas estavam denunciando o machismo, “um dos piores seria a tendência de ignorar as necessidades específicas das lésbicas. Isso levaria a grandes disputas entre alguns dos grupos masculinos e femininos” (MACRAE, 1990, p. 206-207).

No relato de MacRae sobre a crise do SOMOS, muitas vezes as mulheres aparecem brigando entre si, diferentemente dos discursos de Marisa Fernandes (2018), que destaca que a principal causa da denúncia das mulheres era a invisibilidade das suas questões identitárias no SOMOS.

MacRae mostra que, entre 1978 e 1984, a discussão da problemática de lésbicas negras era colocada mais por homens negros, no Grupo de Negros Homossexuais Adé-Dudu. A participação das mulheres negras lésbicas não era discutida, porque elas sofriam várias marcações de silenciamento, enfrentavam

o racismo dentro do feminismo, o machismo e a misoginia dentro do movimento negro. Desse modo, não é surpreendente que elas tenham enfrentado dificuldades em se colocar em alguma discussão, o que não as impediu de contribuírem para o movimento homossexual negro: “afinal, [...] ‘sexo’ e ‘raça’, podem ser entendidos como fontes fundamentais de atribuição diferenciada de poder e prestígio” (ALMEIDA, HEILBORN. 2008, p. 243).

Além das discussões dentro do movimento feminista a respeito da inclusão de debates sobre a sexualidade da mulher, o LF tinha também como preocupação a construção de alianças com outros movimentos, como o movimento negro.

Buscando alianças feministas, as lésbicas do LF criaram o GLF (Grupo Lésbico-Feminista), que, posteriormente, se tornou Grupo de Ação Lésbico-Feminista — GALF, com a saída definitiva do SOMOS. Elas foram acusadas de “histéricas” e “divisio-nistas”, uma atitude abertamente machista de alguns gays do SOMOS. Com a saída do SOMOS, o GALF passou a se organizar politicamente em torno da proposta de conscientização da discriminação e violência contra as lésbicas (FERNANDES, 2018, p. 98) sem deixar de participar de reuniões ou eventos em aliança com outros movimentos sociais.

O GALF atuou fortemente contra as arbitrariedades do delegado José Wilson Richetti.^[7] O ano de 1980 foi complicado para o grupo, momento de luta contra a ditadura, ao mesmo tempo

[7] De acordo com Marisa Fernandes o delegado José Wilson Richetti, chefe do DEIC (Departamento Estadual de Investigação Criminal), iniciou a Operação Limpeza e Rondão em São Paulo (1979). Seus alvos eram “a boca do lixo, o Largo do Arouche e as áreas frequentadas por prostitutas, travestis, michês, lésbicas e gays” (2015, p. 135). Nessas abordagens, os bares como Cachação, Bixinguinha e Ferro’s Bar, frequentados por lésbicas de baixa renda, sofriam ações violentas da polícia sob o argumento “você é sapatão”. Muitas foram levadas nas viaturas e liberadas apenas se pagassem para sair.

em que tentava se manter em funcionamento. Em 1981 foi lançada a edição número zero do *Chanacomchana*, jornal de lésbicas, independente e revolucionário:

Foi uma edição independente, que trouxe duas matérias, uma entrevista exclusiva com Ângela Ro Ro, feita por 6 ativistas do GALF e outra, escrita por Maria Carneiro da Cunha, feminista e heterossexual, que explica os caminhos e descaminhos da discriminação. [...] Aquela edição independente foi possível graças a Teca, a ativista lésbica feminista que integrou o LF e o GALF, que para além do brilhantismo dos seus discursos, ideias e inteligência, foi de fato quem garantiu que as inúmeras reuniões feitas por aquelas ativistas pudessem acontecer em um lugar seguro, no seu apartamento, que ela colocava inteira e generosamente à disposição das primeiras lésbicas organizadas desse país (FERNANDES, 2018, p. 99).

O *Chanacomchana* foi um importante instrumento político para que as lésbicas saíssem da invisibilidade. No total, foram lançadas uma edição no formato tabloide (Edição nº 0) e 12 boletins, que circularam até 1987.. Para além do sucesso de circulação, a publicação contribuiu para aproximar as lésbicas, levando informações ao país sobre suas existências, que, naquela altura, afirmava-se cada vez mais como identidade política de reivindicação por direitos.

E sapatão não é política?

Na primeira edição do boletim, encontramos as matérias, *ILIS (Internacional Lesbian Information Service)*, *O lesbianismo é um barato*, *I Festival de Mulheres nas Artes*, a entrevista *Mulher de Chuteira*, *Carta*, por Sandra Mara, além dos *Informes*. O número foi estampado por tirinhas, fotografias e ilustrações. De acordo com

Marisa Fernandes e Miriam Martinho,^[8] as edições não tinham redatoras fixas, mas colaboradoras, ou seja, cada edição tinha um grupo que poderia ser diferente ou não da edição anterior. As colaboradoras do número 1, por exemplo, são Rosely Roth, Célia, Zaza, Helena, Míriam e Maria Serrath.^[9]

O GALF apresenta a intenção da publicação, reafirmando o jornal como um espaço construído para lésbicas e para pessoas que estão dispostas a entender o debate sobre as questões que as envolvem, como o trabalho, destacando “O Boletim Chanacomchana é um espaço criado por mulheres lésbicas para mulheres lésbicas e todas as pessoas que queiram debater, conversar e se divertir conosco” (*Chanacomchana*, São Paulo, n. 1, 1982).

O recado estava explícito na capa do periódico. Vemos uma mulher nua sorridente, com borboletas saindo de sua vagina, o que sugere a representação da liberdade da sexualidade das mulheres e das lésbicas.

Na matéria *O Lesbianismo é o barato*, lemos sobre a preocupação do jornal em afirmar que, apesar de a sociedade tentar deslegitimar usando a palavra “lésbica” de forma pejorativa, “o lesbianismo é um barato”, porque ele representa umas das identidades, a de sexualidade, que propõe o amor de mulheres por mulheres, o que é revolucionário. E essas mulheres também são cidadãs e fazem parte da sociedade, não estão ilhadas em diferenças de classe, raça ou sexualidade: “As mulheres são lésbicas, são negras, brancas, mães, operárias, prostitutas, donas de casa”. (*Chanacomchana*. São Paulo, 1982, n. 1, p. 2).

[8] Assim como Marisa Fernandes, Míriam Martinho também foi pioneira do movimento lésbico-feminista no Brasil. Ao lado de Rosely Roth, fundou o Grupo de Ação Lésbico Feminista. É formada em Letras (USP).

[9] Informação retirada *Chanacomchana*, São Paulo, n. 1, 1982. Alguns nomes não eram colocados com sobrenome, outras vezes, tinham apenas o apelido, sendo uma forma de ocultar a identidade, pois nem todas as participantes do GALF eram mulheres que assumiam sua orientação sexual para a família.



Chanacomchana. São Paulo, n. 1, capa. 1982.

A edição de número 2 foi publicada em 1983, em comemoração ao Mês da Mulher. O periódico foi composto pelas matérias: *8 de março: Dia Internacional da Mulher*, *A Negação da Homossexualidade*, *A Queda para o Alto*, a seção *Fazendo Poesia*, a entrevista *Associação das donas de casa discutem lesbianismo, aborto...*, além dos *Informes e Cartas*. Suas colaboradoras foram Míriam, Rosely, Regina, Helena e Mariam (*Chanacomchana*. São Paulo, 1983. n. 02, p. 10). Nessa edição, o GALF traz a história do Dia da Mulher, as realizações que elas conquistaram e as discussões que envolviam sua participação no II e III Congresso da Mulher Paulista. Outro destaque dessa edição são as seções de poesia, que se torna um espaço para expor os escritos de lésbicas para outras lésbicas, e a de cartas, na qual o seu público poderia escrever para o jornal, compartilhando questões referentes a sua vida pessoal, ou até mesmo expor um balanço a respeito do jornal.

No mesmo ano, é lançada a edição 3 (edição de aniversário), com destaque para a matéria *GALF: A história de um grupo de mulheres lésbicas*. O número teve como colaboradora Míriam

Martinho, que escreveu a matéria *GALF: 4 anos de atuação*, na qual descreve a trajetória do grupo e explica a importância de se aproximar do feminismo. Em suas palavras,

Para nós, portanto nos autodenominarmos lésbicas representa não só uma forma de afirmação de nossa sexualidade específica, mas, muito mais que isso, significa uma postura política de recusa ao papel submisso e dependente atribuído às mulheres e uma proposta de desobediência e autonomia na busca de novas formas de ver o mundo. Através dele, identificamos nossa luta contra o preconceito e passamos a existir política, social e culturalmente, rasgando o manto da invisibilidade que tanto interessa ao sistema (*Chanacomchana*, São Paulo, 1983, p. 2).

Em 19 de agosto de 1983, Rosely Roth^[10] sofre preconceito e discriminação no Ferro's Bar, um dos mais visitado por lésbicas, porque estava vendendo o boletim. A violência não ficou impune. Em um protesto, que não deixou de ser feminista, as mulheres lésbicas adentraram no bar, juntamente com o SOMOS, militantes de esquerda, como a vereadora Irede Cardoso do PT, denunciando alto as atitudes autoritárias do Bar. Esse dia ficou marcado como o dia do orgulho lésbico, sendo conhecido como *STONEWALL BRASILEIRO*.

Na edição 4 teve presente, dentre outras, a matéria *Democracia também para as lésbicas: uma luta no Ferro's bar*, além da seção *Fazendo Poesia* e do texto *Autonomia*, que fala um pouco a respeito da autonomia do jornal e como se sustentavam por meio da venda do jornal. Além da matéria *Recado para as mulheres de chuteira*, temos o depoimento de Elisete, uma integrante do GALF, que fala sobre sua vivência no grupo e como ele foi determinante

[10] Fundou o GALF e foi uma das criadoras do boletim *Chanacomchana*. Foi antropóloga e dedicou-se aos estudos para defender os direitos das lésbicas.

para sua afirmação política. *Recado para as mães lésbicas, Um exercício para reflexão?, Uma homenagem a Sandra Mara Herzer, A função do homossexual na sociedade (o porquê da repressão)* completam a edição com os informes e as cartas. Colaboradoras: Célia, Elisete, Lisete, Maria Luiza, Míriam Martinho, Rosely Roth e Vanda.

A edição 5 tem como colaboradoras Míriam Martinho, Rosely Roth, Célia, Vanda e Naná M, sendo publicada em 1984. O GALF completava então cinco anos de atuação e, mais uma vez, elas falam da luta que percorreram e como foi difícil essa trajetória marcada por encontros e desencontros, erros e acertos.

O que ganha destaque na edição 6, de 1985, é Roberta Close, que aparece na capa. Intitulada de *Mães lésbicas?*, essa edição traz uma discussão a respeito da modelo transexual, presente como fenômeno nacional (VERAS, 2019) nas mídias brasileiras. Didática, a publicação levanta questões e explica que Roberta Close é, sim, mulher. O que chama atenção é que aparentemente o GALF está avançado nessas questões de gênero. Aqui vemos o resultado da importância teórica no movimento. Ao citar Simone de Beauvoir, explicam por que Close é de fato mulher; trata-se da frase “Não se nasce mulher, torna-se mulher”.

A última edição, número 12, foi lançada em 1987. Foi composta pelas matérias *Entrevista com sexualidade e saúde, Feminismo e lesbianismo: qual a relação?* e as seções *Poesia, Dicas de leitura, Não leia! Linguagem e repressão, Balanço das eleições, Em movimento, Sexualidade e saúde e Troca-cartas*. Teve como colaboradoras Míriam Martinho, Célia e Rosely Roth.

Considerações finais

Como observamos, a afirmação da sexualidade lésbica no próprio boletim e a luta pelos direitos dessas mulheres contra o sistema patriarcal repressivo foi marcado pela militância lésbica-feminista, e mesmo quando acusadas de divisionistas estavam se

movimentando politicamente. Historicamente, analisando esse discurso do movimento de lésbicas, que parece andar a pequenos passos, percebemos essa “confusão” de que não tivemos avanço, não estamos paradas na história!

Se as lésbicas ainda são consideradas individualistas por parte da militância política ou identitária, ousamos aqui questionar e problematizar essa afirmação lesbifóbica. Desde o início do movimento lesbifeminista, observamos diferentes dispositivos em diversos níveis de silenciamento e agressão. Nossas questões específicas não foram levadas, geralmente, em consideração. Estamos em movimento, só que não temos a mesma visibilidade que as outras letras da sigla, de modo que a crítica reflexiva precisa ser feita!

Para além das redes sociais, as políticas públicas que contemplam lésbicas, mulheres que amam mulheres e suas interseccionalidades, ainda são precárias, mesmo dentro dos grupos homossexuais, feministas e étnico-raciais. Amar outras mulheridades (NASCIMENTO, 2021) segue sendo um ato revolucionário antes, durante e depois do GALF. Espaços como o *Chanacomchana* contribuíram para a nossa afirmação e fortalecimento político.

As perguntas continuam ecoando: quem disse que sapatão não é política? Por que nos chamam de histéricas, loucas e mal amadas? Quando foi que a gente se distanciou dos movimentos de afirmação político-social? Quem disse que não somos mulheres? A lesbifobia não é uma opressão isolada de mulheres, é marcada pelo gênero, sexista\binário, raça e classe e nunca está isolada desses outros marcadores. Seguimos ainda sendo constantemente silenciadas, contudo, também continuamos lutando e conquistando vitórias contra os preconceitos. Sapatão é lésbica! Sapatão é política!

Thamyres Jully Ana Ramos Martírio é graduanda em História (UFAL), integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/UFAL), bolsista de iniciação científica do projeto “Existências e resistências homossexuais no Brasil da ‘Abertura’: uma perspectiva de gênero (1978-1988)”.

Fontes

- BOLETIM “CHANACOMCHANA”. São Paulo, GALF, n. 1, 1982.
- BOLETIM “CHANACOMCHANA”. São Paulo, GALF, n. 2, 1983.
- BOLETIM “CHANACOMCHANA”. São Paulo, GALF, n. 3, 1983.
- BOLETIM “CHANACOMCHANA”. São Paulo, GALF, n. 4, 1983.
- BOLETIM “CHANACOMCHANA”. São Paulo, GALF, n. 5, 1984.
- BOLETIM “CHANACOMCHANA”. São Paulo, GALF, n. 6, 1985.
- BOLETIM “CHANACOMCHANA”. São Paulo, GALF, n. 12, 1987.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.
- BUTLER, Judith. “*Problemas de Gênero*”: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- DAVIS, Angela. *Gênero, raça e classe*. São Paulo: BOITEMPO, 2016.
- FERNANDES, Marisa. Ações Lésbicas. In: *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018, p. 91-120.
- FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a Ditadura Militar. In: GREEN, James N. e QUINALHA, Renan (org.) *Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar, 2015, p.125-148.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade – A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

GREEN, James N. e QUINALHA, Renan (org.) *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. O grupo Somos, a esquerda e a resistência à Ditadura. São Carlos: EdUFSCar, 2015, p. 177-200.

HOOKS, bell. *E eu não sou uma mulher?* Mulheres Negras e Feminismo Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

LIMA, Ana Maria De Barros. *Lampião da Esquina: (Re) Existências homossexuais na ditadura civil-militar-cisheteronormativa (1978-1981)*. Maceió, 2021. 47 p. Monografia (graduação em História) — Universidade Federal de Alagoas.

MACRAE, Edward. *A construção da Igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1990.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NOGUEIRA, Nadia. Lésbicas negras em movimento. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 29, n. 3, 2021. p. 1-11.

OLIVEIRA, Luana Farias. Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Civil-Militar (1964-1985). *Periódicus*, Salvador, n. 7, v. 1, maio-out. 2017. p. 6-19.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, vol. 26, nº 52, 2006. p. 249-272.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*. vol. 27, n. 54, dezembro, 2007, p. 281-300.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

VERAS, Elias. *Travestis: carne, tinta e papel*. Curitiba: Appris, 2019.

WITTIG, Monique. *El pensamiento heterosexual*. Madrid: EGALES, 2006.